

POLICLINICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLORIA

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63065.000224/2026-24

2. Descrição da necessidade

2.1. A Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória (PNNSG), na qualidade de Organização Militar integrante da Marinha do Brasil, necessita contratar empresas para o eventual fornecimento de gêneros alimentícios utilizados com frequência na confecção/consumo de refeição desta Policlínica. O Rancho/Refeitório da PNNSG, situado no complexo do Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM), prepara diariamente 500 refeições para os militares/servidores civis. Assim, a eventual contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios se justifica pela demanda apresentada para o preparo das refeições e por exigirem gêneros diversos com o objetivo de atender aos cardápios propostos pela Política Nutricional da Marinha, a qual estabelece que as refeições sejam de qualidade, saudáveis e nutritivas aos militares/servidores.

2.2. A aquisição dos gêneros alimentícios apresenta suma importância, visto que a dedicação ao serviço militar é de característica exclusiva e com características adversas, como serviços noturnos e armados a exemplo, o que acarretam na oferta de alimentação por parte da Marinha do Brasil.

2.3. A Metodologia utilizada para sustentar a necessidade pela aquisição dos gêneros alimentícios por parte desta Policlínica se ampara nas necessidades observadas de utilizações anteriores. As refeições diárias servidas aos servidores do Complexo do Centro Médico Assistencial da Marinha somam em média 11.000 etapas de rancho mensais tanto para o café, quanto para o almoço, que servem os servidores deste complexo em vários dos círculos hierárquicos, como praças, oficiais e oficial-general.

2.4. A variante licitatória na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, instituída pelo Decreto nº 10.024/2019 para vigor no âmbito da Administração Pública Federal é faculdade trazida pela lei aos administradores públicos com fins de tornar mais ágil e eficaz os procedimentos administrativos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns.

2.5. Nesse sentido, tendo em vista a situação ora apresentada, verifica-se a necessidade inarredável de um procedimento licitatório célere e capaz de suprir as necessidades deste ente público, pois necessitamos recorrentemente dos produtos constantes no Apêndice a fim de proporcionar ao servidor militar/civil condições dignas e indispensáveis para a consecução do objetivo máximo desta organização, que é o de fornecer serviço de altíssima qualidade para a nação brasileira.

2 . 6 .

Diante do exposto, certo de que a aprovação da contratação solicitada reflete diretamente no cumprimento

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-----------------------|--------------------------------|
| Seção de Municiamento | Rafaella Leão de Moura Lincoln |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Será exigido o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), bem como o registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ou na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, sempre que forem aplicáveis.

4.2. A presente contratação observa o disposto no art. 8º da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual estabelece a obrigatoriedade de destinação de um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) dos recursos para a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e de suas organizações, sempre que viável, conforme exigências a seguir:

4.2.1. Regularidade Fiscal: Certidão Negativa de Débitos Federais e a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do agricultor.

4.2.2. Comprovação de Origem: Extrato de Inscrição Ativo no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

4.2.3. Projeto de Venda: Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar assinado, detalhando a capacidade de fornecimento e o cronograma do produtor.

4.2.4. Alvarás Sanitários: laudo ou inspeção sanitária (SIM, SIE ou SIF) correspondente à abrangência da entrega da mercadoria, especialmente para produtos de origem animal ou processados.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A definição e documentação do método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, deverá seguir as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, em seu art. 5º, admite que a pesquisa de preços seja realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: “Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos

seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.”

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Este processo visa mitigar possíveis ausências de gêneros, que comumente ocorrem devido a desabastecimentos, além de viabilizar o cumprimento dos procedimentos acerca de uma alimentação segura, nutricionalmente balanceada e adequada às diferentes fases e situações inerentes à vida militar (art. 2º, da Portaria Normativa nº 219/MD, de 12 de fevereiro de 2010).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos foram calculados de acordo com a programação dos cardápios semanais prevista para o período de vigência da ata de registro de preços acrescentados de 20% de quantitativo extra para resguardar o rancho da PNNSG de possível flutuação da demanda ou mesmo alteração do cardápio semanal em razão de restrição de fornecimento de determinado item. Foram utilizadas informações das contratações anteriores, logo, o valor do montante desta licitação resulta-se da estimativa para o ano de corrente de forma coerente.

7.2. A Administração deverá observar o disposto no Art. 40, da Lei no 14.133/21, justificando as quantidades a serem adquiridas em função do consumo do órgão e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida a partir de fatos concretos.

7.3. Na ocasião de Órgãos participantes do processo licitatório, as manifestações de interesse devem observar os requisitos e quantidades de consumo de cada item conforme média anual da Organização Militar ou Civil.

7.4. A vigência inicial será de 12 meses, com previsão de prorrogação por igual período.

7.5. Conforme o Parecer Referencial nº 00005/2026/CONAQ/SCGP/CGU/AGU, a prorrogação permite a renovação dos quantitativos. O saldo não utilizado no primeiro ano não se soma ao novo quantitativo do segundo ano (vedação à sobreposição de saldos).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.147.151,71

8.1. Os valores constantes no Mapa Comparativo de Preços foram extraídos de contratações realizadas por órgãos, painel de preços do portal de compras do Governo Federal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A modalidade para aquisição será por meio do Pregão Eletrônico na Sistemática de Registro de Preços - SRP, que ao nosso ver, salvo melhor entendimento, é a melhor forma que se atende as necessidades desta Policlínica, em razão da sua vantajosidade, em conformidade com o que preceitua o art. 30, do Decreto n. 11.462/2013, especificamente quanto os incisos (I a IV), do referido decreto, configurando a desnecessidade do parcelamento da solução.

9.2. A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados: Manter sob controle o estoque dos produtos; atender a demanda de consumo do complexo CMAM/PNNSG; Fazer o ressuprimento dos produtos em tempo suficiente e sem atropelos; e Manter as práticas de sustentabilidade Ambiental.

Nas contratações, a regra orientada pelo TCU em Acórdão do Tribunal é o parcelamento do objeto em tantas parcelas forem economicamente viáveis a fim de obter economia de escala, e em acordo a esta orientação o processo licitatório será realizado por itens, não havendo a necessidade de formação de grupo/lote.

9.3. A escolha pelo SRP está alinhada às diretrizes da AGU para ganho de eficiência. A modelagem permite a prorrogação da vigência por até 2 anos (1+1), conforme o Parecer Referencial nº 00005/2026/CONAQ/SCGP/CGU /AGU, o que garante a continuidade do fornecimento sem a necessidade de novos processos licitatórios anuais

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Conforme Art. 9º, I, “a”, e art. 16 da Lei nº 14.133/21, não será admitida a participação de cooperativas.

10.2. Conforme Art. 9º, I, “a”, e art. 15 da Lei nº 14.133/21, não será admitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto da presente licitação não contempla a aquisição de bens ou contratação de serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 As Diretrizes da presente contratação (gêneros alimentícios) encontram-se pormenorizadas na NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS (NOLAM) – SGM 102, 5a REVISÃO.

11.2. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE:

A relação de itens e dos padrões mínimos de qualidade está disposto no Mapa comparativo de Preços, inserida nos autos do processo.

11.3. LEVANTAMENTO DE CATMAT/CATSER

O Catálogo de Materiais/Serviços Sustentáveis do Ministério da Economia, disponível no site Compras Governamentais (Comprasnet), foi consultado para escolha do CATMAT/CATSER dos itens. No entanto, devido à singularidade do objeto da contratação, não houve êxito na identificação de itens classificados como sustentáveis.

11.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO BEM DE LUXO

Após consulta aos normativos vigentes (art.20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021), atesta-se que o objeto não se enquadra como bem de luxo.

11.5. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Esclarece-se que foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição, não sendo identificados critérios específicos para o objeto da contratação.

11.6. MARGEM DE PREFERÊNCIA, CONFORME ARTIGOS 26 E 27 DA LEI Nº 14.133/2021

Não serão estabelecidas no Edital hipóteses de utilização da margem de preferência. No momento de elaboração deste Estudo, não foram localizados decretos regulamentadores específicos da Comissão Interministerial (CICS) vigentes para os gêneros alimentícios objeto desta contratação.

11.7. LIMITES DE CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Quanto à natureza da atividade a ser contratada, esclarece-se que não se trata de atividade de custeio. Conforme o parágrafo único do art. 2º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, o enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

11.8. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA

O serviço abrangido no objeto da contratação pretendida são classificados como comuns . Consideram-se, como tal, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de

especificações usuais no mercado. Conforme o estabelecido no art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

11.9. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Considerando o exemplo dos pregões anteriores realizados pela administração pública, e em conformidade com o disposto no art. 40, III, da Lei nº 14.133/2021, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP). Tal medida justifica-se determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo.

11.10. CONSULTA AO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> não sendo identificados itens que se assemelham ao objeto.

11.11. PRORROGAÇÃO CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PARECER REFERENCIAL nº 00005 /2026/CONAQ/SCGP/CGU/AGU.

O processo seguirá os ritos de padronização da AGU, o que reduz riscos jurídicos e assegura que a gestão da Ata de Registro de Preços poderá ser estendida de forma segura, garantindo o abastecimento deste órgão. Desta forma, sugere-se que a área técnica deverá realizar a pesquisa de mercado 90 dias antes do fim do primeiro ano para comprovar a "vantajosidade", para autorizar a prorrogação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Benefícios Diretos: a aquisição propiciará a Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória o fornecimento de refeições semanais aos militares lotados no Complexo, visando atender com eficiência e eficácia os serviços prestados por esse Órgão.

12.2. Benefícios indiretos: A contratação possibilitará a participação de diversas empresas dos diversos ramos de especialização solicitados no Termo de Referência, contribuindo para o desenvolvimento destas.

12.3. A utilização do Parecer Referencial nº 00005/2026/CONAQ/SCGP/CGU/AGU agiliza o controle prévio de legalidade, dispensando o envio individualizado à assessoria jurídica para a prorrogação da ata, desde que cumpridos os requisitos de vantajosidade e manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não haverá necessidade de adequação do ambiente físico da organização para que a contratação surta seus efeitos, pois o objeto a ser adquirido é preliminarmente o fornecimento dos itens licitados no setor de Municiamento, a serem armazenados em paióis e frigoríficas específicos.

13.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado: Designação de militar da Seção de Municiamento para acompanhamento e fiscalização do objeto durante a vigência da Ata ou instrumento de contrato.

13.3. Incluir no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os valores registrados para os itens desatualizem a ponto de impedir o fornecimento do material no período de vigência da Ata de registro de preços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A definição e documentação do método para atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental, deverá seguir as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em seu art. 5º, admite que: “Art.

5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, pois os requisitos previstos para as aquisições destes itens considerados básicos, para um mercado que possui um amplo número de empresas especializadas com qualificação e capacidade técnica para a entrega dos produtos em questão e o prazo previsto para entrega dos produtos é exequível. Em relação aos riscos, os mesmos foram mapeados de forma a mitigá-los e os servidores selecionados para a fiscalização do contrato possuem capacidade técnica necessária para avaliar os produtos entregues pela futura contratada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAELLA LEAO DE MOURA LINCOLN

Membro da comissão de contratação

RICARDO SILVA GUIMARAES

Autoridade competente